

**CLASSE E PARTIDO EM GRAMSCI¹**Marcos Del Roio²**Resumo**

O artigo que se segue trata da relação entre classe operária e partido político revolucionário tal como pode ser observada nos escritos de Antonio Gramsci. O objetivo principal é demonstrar como, nesse autor, a relação entre classe e partido é determinada em um movimento dialético que se distingue radicalmente da concepção predominante no movimento operário socialista do seu tempo, que é de marca cientificista. A particularidade do pensamento de Gramsci em relação também a esse problema se nota na importância crucial que a sua reflexão dedica à questão da subjetividade. A elaboração de Gramsci sobre a relação classe / partido é bastante marcada por sugestões contidas na obra de Georges Sorel e aparentemente também na concepção de Rosa Luxemburgo. Essas contribuições permanecem atuantes até os escritos carcerários, revisadas e enriquecidas pela leitura de Maquiavel e pela influência do último Lênin. A conclusão do artigo é que a teoria política de Gramsci é de grande atualidade, mas que a sua compreensão pelos sujeitos políticos contemporâneos é muito limitada.

Palavras-chave: Gramsci; classe; partido; vontade organizada.

CLASE Y FIESTA EN GRAMSCI**Resumen**

El siguiente artículo trata sobre la relación entre la clase obrera y el partido político revolucionario, como se puede ver en los escritos de Antonio Gramsci. El objetivo principal es demostrar cómo, en este autor, la relación entre clase y partido se determina en un movimiento dialéctico que es radicalmente diferente de la concepción prevaleciente en el movimiento obrero socialista de su tiempo, que es de carácter científico. La particularidad del pensamiento de Gramsci en relación con este problema también se puede ver en la importancia crucial que su reflexión dedica al tema de la subjetividad. La elaboración de Gramsci sobre la relación clase / partido está marcada por sugerencias contenidas en el trabajo de Georges Sorel y aparentemente también en la concepción de Rosa Luxemburgo. Estas contribuciones permanecen activas hasta los escritos de la prisión, revisadas y enriquecidas al leer Maquiavelo y la influencia del último Lenin. La conclusión del artículo es que la teoría política de Gramsci es muy actual, pero que su comprensión por parte de los sujetos políticos contemporáneos es muy limitada.

Palabras clave: Gramsci; clase fiesta voluntad organizada.

CLASS AND PARTY IN GRAMSCI**Abstract**

This paper is about the relationship between the working class and the revolutionary political party as it is observed in Antonio Gramsci's writings. My main objective is to demonstrate how for this author the relationship between class and party is determined by a dialectic movement, which radically distinguishes from the predominant conception in the socialist labor movement from his time, markedly scientificist. The particularity of Gramsci's thought about this issue can be noted in the critical importance that his reflection devotes to the subjectivity. Gramsci's ideas on the relationship class-party is very influenced by suggestions from Georges Sorel's works and apparently also from Rosa Luxemburg's conceptions. These contributions keep leading his thought until his prison writings, revised and enriched by the reading of Machiavelli and the influence of Lenin in his last phase. The conclusion of this work is that Gramsci's political theory is highly relevant and topical, but its comprehension by our contemporary political subjects is still very limited.

Keywords: Gramsci; class; party; organized will.

¹ Recebido em 19/12/2019. Primeira avaliação em 23/12/2019. Segunda avaliação em 09/01/2020. Aceito para publicação em 26/01/2020

² Professor titular do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas, Universidade Estadual Paulista, Brasil. Pesquisador do CNPq. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3276-8789>. E-mail: delroio@terra.com.br

Introdução

O objetivo deste escrito é demonstrar como, em Gramsci, a relação entre classe e partido é determinada em um movimento dialético que se distingue radicalmente da concepção predominante no movimento operário socialista do seu tempo, que traz acentuada marca cientificista. A particularidade do pensamento de Gramsci em relação também a esse problema se nota na importância crucial que a sua reflexão dedica à questão da subjetividade. A elaboração de Gramsci sobre a relação classe / partido é bastante marcada por sugestões contidas na obra de Georges Sorel e aparentemente também na concepção de Rosa Luxemburg.

Essas contribuições permanecem atuantes até os escritos carcerários, revisadas e enriquecidas pela leitura de Maquiavel e pela influência do último Lênin. Espera-se que ao fim fique claro como a teoria política de Gramsci ainda seja de grande atualidade, mesmo com as profundas transformações ocorridas nas condições históricas do capitalismo, passados oitenta anos da sua morte, mas que a compreensão da filosofia da práxis pelos sujeitos políticos contemporâneos é muito limitada.

Até por conta dessa avaliação da pouca compreensão ou mesmo da distorção do pensamento de Gramsci, mesmo que o número de estudiosos e intérpretes sérios e competentes seja relativamente significativo, preferi neste texto, numa leitura imanente de seus escritos, deixar falar o próprio Gramsci.

Gramsci e o Partido Socialista Italiano

Em Turim desde 2011, Gramsci ingressa no Partido Socialista Italiano em 1913, provavelmente. Pela sua formação intelectual derivada do meridionalismo e do neo-idealismo de Benedetto Croce, Gramsci tinha pouca aderência com a ideologia predominante no PSI, um socialismo de claro caráter positivista. Sua aproximação com o PSI ocorreu muito mais por meio do convívio com os operários do que com a ideologia partidária, à qual sempre se opôs.

O PSI contava com duas correntes principais, mas ambas com o mesmo estampo positivista. Os reformistas entendiam ser a Itália um País atrasado do ponto

de vista do desenvolvimento capitalista e por isso só caberiam reformas sociais, pelo menos até que o capitalismo estivesse plenamente estabelecido. Os maximalistas concordavam com a leitura da realidade, mas discordavam do procedimento político e entendiam que a defesa do programa máximo -- a realização do socialismo -- deveria conduzir a prática cotidiana, a fim de que os trabalhadores estivessem prontos para quando o momento adequado para a revolução chegasse.

O positivismo do socialismo italiano, que pelo “mecanicismo” paralisava a reflexão teórica e também a disposição para a ação, era combatido exatamente com o estímulo à vontade de luta, à vontade de fazer de outro modo, de forma autônoma, sem se submeter à cultura burguesa e seus institutos sociais e de Estado. A posição de Gramsci se expressava na imprensa partidária, mas era seguida apenas por um pequeno grupo de estudantes e de operários, com os quais tinha relações próximas. Ainda que convictamente socialista e antipositivista, a formação teórica de Gramsci continuava muito a dever a Croce e Sorel, além de Bergson. Diante do problema de vincular a teoria e luta política -- enfim a questão filosófica da práxis, da vontade coletiva organizada, o que implica a questão do partido -- Gramsci sentiu a necessidade de estudar Marx com afinco, tendo talvez já o respaldo dos textos de Labriola.

Mas a filosofia de Croce marcou presença em toda essa fase inicial de Gramsci como militante socialista. O jovem sardo compartia de Croce a idéia de que na modernidade a única religião plausível seria a da liberdade e que não haveria lugar para concepções mitológicas, religiosas reveladas ou mesmo positivista. Pelo contrário, Gramsci buscava exacerbar a subjetividade, a ação do sujeito, a vontade coletiva organizada. Esse seria um meio de contestar a ênfase ao tema das forças produtivas mais ou menos desenvolvidas que era feita pelo “marxismo” predominante na Internacional Socialista (e também no PSI). Gramsci tendia a aceitar a ideia de Croce de que fazer filosofia e cultura implicava fazer política. De fato, temos no jovem Gramsci, estudante universitário, um defensor da filosofia liberal democrática como a possível reforma laica. (FROSINI, 2017, p. 21-43).

Georges Sorel foi importante partícipe do debate sobre a “crise” ou “revisão” do marxismo de fins do século XIX, ocorrido em fins do século XIX. Essa discussão esteve entrelaçada com o problema da reforma intelectual e moral proposta por Ernst Renan, logo depois da experiência da Comuna de Paris. Renan clamava por uma

reforma católica adequada aos novos tempos. Croce e Sorel, de maneira distinta entendiam que essa reforma teria que ser laica. Ambos esses autores mantiveram-se no âmbito do liberalismo, antes de tudo por insistirem na separação entre economia e política. Pode-se dizer em síntese extrema que Gramsci não estava de acordo com a posição de Croce e de Sorel sobre a impossibilidade da previsão histórica e sobre o desprezo relativo aos partidos políticos.

O diálogo estabelecido por Gramsci com esses dois autores (e também com outros) indica o método dialético como forma de pensar. A crítica e incorporação de proposições dos autores com os quais se enfrentava fazia com que o próprio pensamento de Gramsci se movesse, se formasse e se reformulasse, mas sem qualquer sinal de oportunismo. Na verdade, para Gramsci, esses autores poderiam ao fim indicar a rota para a refundação de um marxismo despojado das incrustações positivistas. Contudo foi Sorel o autor mais importante, pois o diálogo intelectual com o escritor francês dizia respeito mais diretamente à ação transformadora da vida social.

Importante para Gramsci foi a noção de “espírito de cisão”. A devastação provocada pela guerra expunha a barbárie da civilização burguesa em crise, e, diante disso os trabalhadores deveriam se apartar a fim de erigir uma nova ordem, que no trabalho emancipado deveria se alicerçar. O caminho para essa nova civilização exigiria uma profunda reforma intelectual e moral que superasse os males da ordem burguesa: o poder político e ideológico do Estado, da burguesia, dos partidos políticos, dos intelectuais, das igrejas. A classe do trabalho deveria preservar a sua autonomia, se organizar, se educar e se fortalecer tendo em vista a “greve geral”, que seria o mito mobilizador para a luta contra o capital. (PAGGI, 1970 p. 124)

Ainda desde Sorel, nos Cadernos do Cárcere, Gramsci viria a desenvolver a categoria de bloco histórico, cuja origem pode estar na leitura que Sorel fez de Vico e que significava constatar como uma visão de mundo compreendia e organizava a realidade. Assim, é de se insistir que Sorel foi um interlocutor permanente de Gramsci. Sorel, tanto quanto Croce, contribuíram para que Gramsci visse o nexos indissociável entre socialismo e cultura. Por suposto, a diferença mais notável de Gramsci em relação a esses autores está na questão da política como ação transformadora do real e do partido operário como operador da política da classe.

Gramsci também se ocupou em demolir os mitos sustentados pela civilização burguesa, a qual tem no liberalismo um elemento constitutivo. Um dos mitos da ordem burguesa denunciados por Gramsci é a democracia. Seria a democracia um mito, uma imagem impossível de ser realizada dentro do capitalismo. Ou seja, a democracia só é viável no socialismo. Outro mito burguês criticado por Gramsci, sempre na esteira de Sorel, é o jacobinismo. Para ambos, o jacobinismo seria expressão de um grupo político que conduz as massas na revolução, mas depois dela se aparta em defesa de interesses próprios, assumindo assim o papel de novos opressores. (RAPPONE, 2011, p. 352-362).

Diante da eclosão da revolução socialista na Rússia, o PSI -- que antes já defendera a não intervenção da Itália na guerra -- decide pelo apoio ao movimento revolucionário e manifesta toda a sua simpatia. A própria situação social da Itália começa a se agravar a partir de meados de 1917, com o País já então envolvido na guerra. É a partir desse momento que Gramsci passa a se ocupar mais das questões referentes à política e a se manifestar mais sobre o PSI, o seu significado, o seu devir. Até então, mas também mais além, a preocupação de Gramsci esteve focada na difusão de uma cultura e de uma ética socialista. De fato, na obra de Gramsci a cultura é a política do proletariado organizado, são elementos indissociáveis, do mesmo modo que economia e política não podem ser vistos de maneira desvinculada.

Foi apenas em agosto de 1917, com a rebelião operária na cidade de Turim, que Gramsci assumiu, pela primeira vez, uma posição diretiva, ao compor no comitê socialista (formado por 12 pessoas), que tentava coordenar o movimento dos trabalhadores em luta. Em setembro de 1917, em polemica com Claudio Treves, deputado da área reformista do PSI, Gramsci já antecipa a concepção que viria a desenvolver sobre a relação dialética classe/partido. Dizia então, nas páginas de *// grido del popolo*:

O proletariado não é um exército; (...). (...) É um organismo em contínua transformação, que tem uma vontade. (...). Os socialistas (...) são uma parte do próprio proletariado, talvez sejam sua consciência. (...) Formam com ele uma unidade, sempre uma unidade; e não comandam, mas vivem com o proletariado. (...). Vivem no proletariado; e sua força está na força do proletariado, o seu poder reside nessa perfeita aderência. (GRAMSCI, 1973, I, p. 124).

Ainda que com informações restritas, foi com essa perspectiva que Gramsci apreendeu o que ocorria com a revolução russa em andamento. Os bolcheviques

seriam expressão direta das massas em ebulição. Como é a classe, em certo momento do seu desenvolvimento, a criar o partido, ela cria também outros institutos próprios de organização social. Na Itália, depois da cooperativa, do sindicato e do partido, chegava o momento da criação de uma Associação de Cultura, com clara finalidade de classe, local onde se poderia oferecer um encargo específico aos intelectuais socialistas. Gramsci decerto pensava um lugar para a batalha contra o socialismo positivista predominante no PSI. Frente a crítica de Claudio Treves, na importante revista *Crítica Sociale*, à chamada jovem geração socialista, Gramsci refuta, num sinal de que buscava mesmo se aproximar do pensamento de Marx:

A nova geração, ao que parece, quer retornar à genuína doutrina de Marx, segundo a qual o homem e a realidade, o instrumento de trabalho e a vontade, não são separados entre si, mas se identificam no ato histórico. (idem, p. 145).

Gramsci se envolve no debate interno do PSI, alinhando-se à vertente dita intransigente (ou maximalista) contra os relativistas (ou reformistas). Esclarece sua posição em longo artigo de resposta ao órgão liberal *La Stampa*. Identificado como “dissenso socialista” que se expressaria por meio de artigos puramente “culturais”, Gramsci refuta e identifica a crítica como auxílio à posição dos relativistas. No entanto aproveita para expor suas posições teóricas políticas, a começar pelo significado do ser do Estado: “O Estado é a organização econômico-política da classe burguesa. O Estado é a classe burguesa em sua concreta força real”. (idem, I, p. 180).

Para Gramsci a burguesia só se unifica no Estado, mas é também no Estado que ocorre a disputa entre os segmentos da classe para definir a orientação da ação estatal. Diferentemente dos partidos burgueses,

O Partido Socialista não é organização de segmento, mas de classe: é morfológicamente diverso de qualquer outro partido. Somente no Estado, expressão do conjunto da classe burguesa, é que ele pode reconhecer seu antagonista de igual porte. Não pode entrar em concorrência pela conquista do Estado, nem direta nem indiretamente, sem se suicidar, sem se desnaturar, sem se tornar um puro segmento político, alienado da atividade histórica do proletariado, ou seja, sem se tornar um enxame de moscas de carruagem em busca da tigela de manjar branco na qual ficarão presas e morrerão sem glória. (idem, I, p. 180).

Continua Gramsci:

O Partido Socialista não conquista o Estado, mas o substitui; substitui o regime, abole o governo dos partidos, põe no lugar da livre concorrência a organização da produção e das trocas. (idem, I, p. 180).

Assim é o Partido Socialista o órgão executivo do proletariado, o qual não pode se aliar a algum segmento burguês e nem concorrer pela conquista do governo do Estado. Na verdade, o Estado italiano nem mesmo é um Estado burguês, mas ainda um Estado feudal, militarista e despótico. Cabe à jovem burguesia a missão de transformar esse Estado em Estado efetivamente democrático burguês. Ao proletariado cabe lutar contra o Estado, qualquer que seja, e preparar-se para substituí-lo. Mas deve também reconhecer a prioridade em se extinguir o que resta de instituições feudais.

É importante ter em mente que Gramsci entendia ser a livre troca um detergente progressivo em relação ao despotismo feudal, mas também em relação ao protecionismo econômico ou qualquer forma de socialismo de Estado (de certo um socialismo falso). Entende-se então que para Gramsci há um processo de democratização burguesa do Estado, que é estimulado pela força antagônica do proletariado, mas esse não pode deixar de se opor ao Estado, de se tornar um anti-Estado.

Quando a guerra se conclui e as leis de exceção são suspensas, Gramsci entende que os socialistas

temos que nos tornar o partido mais poderoso da nação, não só em sentido relativo, mas absoluto, de nos tornar o anti-Estado preparado para substituir a burguesia em todas as suas funções sociais de classe dirigente. (idem, I, p. 223).

A partir da ocorrência da revolução russa, Gramsci se preocupa mais em estudar Marx e acompanhar o processo revolucionário e a ação política dos bolcheviques, sempre a fim de desenvolver a perspectiva do proletariado italiano. Na primeira metade de 1919, o processo da revolução socialista internacional alcança o seu ápice e é quando Gramsci e alguns companheiros dos tempos de Universidade se decidem pelo lançamento de uma revista de cultura socialista, a forma melhor que encontravam para se fazer política com a classe proletária.

O número inaugural *L'Ordine Nuovo* saiu no Primeiro de Maio desse ano de 1919. Na participação de Gramsci nos números iniciais é importante destacar a leitura que faz da revolução russa. Agora com mais informação, Gramsci fala do Estado dos

soviets e da direção do Partido Bolchevique, mas é o texto publicado no n. 7 desse órgão que se pode observar com maior clareza como se movimentava o pensamento de Gramsci. Nesse texto, que é de fato um manifesto, Gramsci conclama todos os socialistas a investir suas energias na resolução do problema posto pela liberação de novas forças sociais pelo efeito da guerra. Essa tarefa implica “o sentido da responsabilidade histórica que incumbe à classe trabalhadora e ao Partido que representa a consciência crítica e operante da missão dessa classe.” (idem, p. 256).

Gramsci e os conselhos de fábrica.

No entanto, o objetivo de Gramsci é muito mais amplo, vai bastante além do Partido e do Sindicato, que têm, como se reconhece, o papel de representar os interesses dos trabalhadores, de ser a sua consciência, mas essas instâncias não podem abarcar o conjunto da classe, não podem expressar toda a atividade e criatividade dos trabalhadores, que constroem diversas instituições sociais próprias. No momento em que os conselhos de fábrica estão a se formar em Turim, ainda no contexto da revolução socialista internacional originada na Rússia e que tivera no conselho o fundamento de um efetivo poder público, Gramsci tem a sua atenção deslocada do partido e sindicato para a experiência dos conselhos. É de se perguntar se a própria noção de partido não passava por um alargamento e tenderia a se identificar com uma sociedade civil do trabalho, alternativa e antagônica à ordem do capital. Essa hipótese, todavia, fica mais clara nos Cadernos do cárcere

Gramsci parece ciente que partido e sindicato são instituições criadas pelos trabalhadores, que os representam, mas dentro da ordem do capital, na lógica da concorrência no mercado e nas instituições, não na lógica da cooperação. Ainda que tenham a sua importância, do ponto de vista estratégico, esses institutos sociais e políticos do movimento operário são insuficientes e podem mesmo tornarem-se óbices ao processo revolucionário, pois “não se identificam imediatamente com o Estado proletário.” (21-06-19 idem, p. 246).

Para Gramsci então é preciso alimentar o espírito de cisão e reconhecer que o Estado socialista já existe potencialmente nas instituições da vida social características da classe trabalhadora explorada. Articular entre si estas instituições, coordená-las e subordiná-las segundo uma hierarquia de competências e de poderes, centralizá-las fortemente significa criar desde já uma

verdadeira democracia operaria, em eficiente e ativa contraposição ao Estado burguês, preparada desde já para substituir o Estado burguês em todas as suas funções essenciais de gestão e de domínio do patrimônio nacional. (p. 256-257)

Mas para isso

É preciso fazer da classe proletária e semi proletária uma sociedade organizada que se eduque, que obtenha experiência, que adquira uma consciência responsável dos deveres que incumbem as classes que chegam ao poder de Estado. (idem, p. 257).

Assim, partido e sindicato são, em primeira instancia, institutos defensivos da classe operaria em condição de subalternidade dentro da ordem burguesa, mas podem também contribuir na organização e educação das massas. Ou seja, o seu papel é de mediação entre o Estado burguês e o anti-Estado proletário, e sua situação pode mudar conforme a relação de forças na luta de classes.

O que Gramsci chama de anti Estado ou Estado socialista pode também ser chamado de ditadura do proletariado. Explica Gramsci

A ditadura do proletariado é a instauração de um novo Estado, tipicamente proletário, no qual confluem as experiências institucionais da classe oprimida, no qual a vida social da classe operária e camponesa se torna sistema difundido e fortemente organizado. (p. 259).

Nota-se então como partido e sindicato quase que se diluem numa complexidade muito maior da vida social do proletariado, vida social autônoma e que deve ser organizada de maneira antagônica ao Estado e a forma de vida das classes dominantes e dirigentes. De fato, Gramsci diz que os socialistas, mesmo tendo agrupado o proletariado em torno de si, deixaram-se homologar na ordem burguesa e se “esqueceram que sua posição deveria manter-se essencialmente crítica, de antítese. Deixaram-se absorver pela realidade, não a dominaram”. (p. 270).

A posição de Gramsci fica muito clara quanto ao entendimento de que a centralidade é da classe ela mesma e não do partido, que, pelo contrário se vê eclipsado. À concepção de que o partido deveria agir em busca da conquista do Estado, Gramsci corrige:

A fórmula “conquista do Estado” deve ser entendida no seguinte sentido: criação de um novo tipo de Estado, gerado pela experiência associativa da classe proletária, um Estado que deve substituir o Estado democrático parlamentar. (idem, 271). Tanto partido como

sindicato são institutos defensivos da classe operária dentro da ordem burguesa, institutos que devem ainda subsistir no Estado socialista, mas junto aos quais devem ser criadas novas instituições que realizem a autonomia do produtor na fábrica, instituições capazes de assumir o poder diretivo de todas as funções inerentes ao complexo sistema de relações de produção e de troca que ligam as repartições de uma fábrica entre elas, constituindo a unidade econômica elementar, que ligam as várias atividades da indústria agrícola, que por planos horizontais e verticais devem constituir o harmonioso edifício da economia nacional e internacional, liberado da pesada tirania parasitária do proprietários privados. (p. 272).

O partido, até por essa característica indicada por Gramsci, não poderia se abster de participar nos processos eleitorais. Essa era a forma, ao fim das contas, de enviar uma representação política da classe operária para dentro do parlamento do Estado burguês. Até que a rede de organismos associativos dos trabalhadores não estivesse forte o bastante para se candidatar a substituir o Estado burguês e suprimir o parlamento, a participação em eleições seria um ato político importante.

Essencial, uma vez mais, é anotar que Gramsci entendia o Estado como aparelho de poder político e aparelho de produção e de troca. Ou seja, por Estado se entende o conjunto das relações sociais de produção e de poder político. No entanto,

Como princípio de poder político, o Estado se dissolverá tão mais rapidamente quanto mais os trabalhadores forem capazes de se organizar socialmente de modo sólido e disciplinado, ou seja, de se fundirem em grupos associados pelo trabalho, (...). (idem, p. 284).

A dissolução do poder político encontra-se então vinculado ao declínio do trabalho assalariado e ao desenvolvimento do trabalho associado, que se organiza a partir de conselhos. No debate que percorreu a Europa sobre a função dos conselhos e de sua relação com sindicato, partido e parlamento, a posição de Gramsci reforça a tese de que os conselhos devem ser a base da ditadura proletária e que sindicato e partido devem mudar de função para serem os dirigentes da ditadura proletária, a consciência avançada da classe. Gramsci nota como na verdade o sindicato tem mostrado forte tendência para o reformismo no capitalismo, daí a necessidade de a organização fabril ficar nas mãos dos conselhos.

Todavia, o Partido, enquanto vige ainda a democracia burguesa, deve buscar também, com seus representantes eleitos, uma “ação parlamentar, entendida como ação que visa paralisar o parlamento, a arrancar a máscara democrática da face equívoca da ditadura burguesa, mostrando-a em todo seu horror e feiúra repugnantes”. (Gramsci, 1973, II, p. 52).

Aceitar a participação eleitoral é uma forma de agregar a classe em torno do partido, ainda que de forma primordial, uma contribuição para “garantir o êxito do esforço dirigido no sentido de instaurar a ditadura proletária encarnada no sistema dos conselhos, fora e contra o Parlamento.” (p. 53). Nessas observações de Gramsci pode-se perceber a presença de Sorel, é claro, em relação ao necessário “espírito de cisão”, mas também de formulações elaboradas na “nova esquerda” da Alemanha. Ainda que a experiência dos conselhos operários tenha surgido na Rússia, espalhou-se por amplas áreas da Europa assumindo características diferentes. De Rosa Luxemburg, parece que Gramsci tenha refletido a idéia da espontaneidade e da greve de massa, mas não só, pois pensou também a auto educação das massas e um novo Estado que surgisse vinculado ao processo produtivo com gestão da classe operária. Não custa lembrar que o opúsculo de Rosa, *Greve de massa, partido e sindicato*, foi publicado na Itália em 1919. A sugestão de Karl Korsch sobre a construção de uma “democracia industrial” seguia nessa mesma direção. (Dubla, 1986).

Percebe-se como, nessa reflexão, a instituição capaz de fundar um novo Estado é o conselho. Para Gramsci a revolução proletária é o processo de desenvolvimento do proletariado como força sócio-econômica, que a certo ponto se percebe obstruída pelas instituições da classe dominante burguesa. A substituição do Estado burguês por outro que garanta a continuidade do desenvolvimento do proletariado enquanto força produtiva da riqueza social constitui o ato revolucionário.

Assim, o processo revolucionário

não pode ser identificado com o desenvolvimento e a ação das organizações voluntárias de tipo contratual como são o partido político e os sindicatos profissionais: organizações nascidas no campo da democracia burguesa, nascidas no campo da liberdade política, como afirmações e como desenvolvimento da liberdade política. (p. 120).

Partido e sindicato são apenas agentes de uma revolução que se manifesta alhures, já que “o processo revolucionário se faz no campo da produção, na fábrica, onde as relações são de opressor e de oprimido, de explorador e de explorado, onde não existe liberdade para o operário, onde não existe democracia; (...)”. (p.120-121).

Aqui a semelhança com a formulação de Rosa no *Discurso sobre o Programa* é muito clara. Diz Rosa: “Mas a luta pelo socialismo pode ser combatida somente pelas massas, imediatamente peito contra peito com o capitalismo, em cada empresa, por cada proletário contra o seu empresário. Só então será uma revolução socialista”;

e mais ainda, “Lá onde estão ligados à cadeia do capital, lá deve ser rompida a cadeia. (Luxemburg, 1976, p. 622).

A revolução proletária, para Rosa e para Gramsci, é produto do movimento imanente do capitalismo, mas, segundo o sardo, a sua atualidade pode ser constatada “quando toda a classe operária se fez revolucionária, (...), inicia uma ação que deve necessariamente desembocar na fundação de um Estado operário, (...)”. (Gramsci, 1973, II, p. 122). A ação revolucionária começa quando a classe operária adquire a consciência de que o poder industrial, o fundamento material do poder político, deve retornar à fábrica, ao trabalhador como força produtiva consciente, “como célula de um novo Estado, o Estado operário, como base de um novo sistema representativo, o sistema dos conselhos”. (p. 123).

Gramsci e a crítica do PSI

Gramsci, até meados de 1920, alimentou ilusões sobre a capacidade do PSI se enveredar por um efetivo caminho revolucionário. Quando percebeu que tanto o sindicato como o partido -- dando as costas ao movimento operário das fábricas de Turim, se comportavam como instituições internas da ordem burguesa – Gramsci preferiu acentuar a importância do conselho de fábrica, mas agora como o fundamento organizativo e subjetivo de um novo partido. Na verdade, Gramsci procurou dar conteúdo político revolucionário ao soreliano “espírito de cisão”, mas também se encostando à formulação de Rosa, do partido como produto superior da autonomia e do antagonismo da classe operária frente ao capital. Gramsci fala da presença, em meio a contradição em processo do capital, dos

‘germens’ de uma civilização proletária que devem existir, se é verdade (como é verdade para Sorel) que a revolução proletária é imanente no seio da sociedade industrial moderna, e se é verdade também que dessa resultará uma regra de vida original e um sistema de relações absolutamente novo, características da classe revolucionária. (Gramsci, 1973, II, p.148)

O movimento dos conselhos e seus intelectuais foram qualificados de sindicalistas (sorelianos) e de bergsonianos. Gramsci refutou ambas as acusações dizendo que

temos simplesmente o torto de acreditar que a revolução comunista possa ser feita somente pelas massas, e não possa fazê-la nenhum secretário de partido, nenhum presidente da república a golpes de decreto; parece que fosse também essa a opinião de Karl Marx e de

Rosa Luxemburg e que seja a opinião de Lênin, todos os quais são para Treves e Turati [dirigentes reformistas do PSI] sindicalistas anarquistas. (p.163).

De fato, para Gramsci, conselho, sindicato e partido deveriam constituir a rede por meio da qual se desenvolve o processo revolucionário. O conselho é resposta para necessidade de se dominar o processo produtivo e que nasce da autoconsciência das massas. Já o sindicato e o partido são associações voluntárias, um que coordena e reorganiza o aparelho produtivo e outro que educa para a liberdade, da qual a disciplina é elemento inseparável.

Acontece que Gramsci logo percebeu que o PSI não era exatamente o que dele era esperado: o partido precisaria mudar muito para que fosse efetivamente o aglutinador e educador da classe, o condutor do processo revolucionário. Em 1920, fica efetivamente sempre mais claro que os dirigentes da CGL e do PSI eram muito reticentes ou mesmo contrários à experiência dos conselhos de fábrica que se desenrolava em Turim. Antes de se falar em cisão do PSI, Gramsci investiu inicialmente no projeto de renovação do partido, de modo que viesse a aceitar a forma organizativa dos bolcheviques. Gramsci lembrava que, para o PSI, “a sua missão consiste em organizar os operários e camponeses pobres em classe dominante, em estudar e promover as condições favoráveis para o advento da democracia proletária.” (idem, p. 85)

Assim é que o partido deve organizar, disciplinar e educar a classe. Por outro lado, todavia, a classe deve se fazer partido, ou seja, “as massas organizadas devem se tornar senhoras de seus próprios organismos de luta, devem ‘organizar-se em classe dirigente’, antes de tudo, em suas próprias instituições: devem fundir-se com o Partido Socialista”. (p. 88).

Um ano depois do lançamento do periódico *L'Ordine Nuovo*, o movimento dos conselhos de fábrica estava virtualmente derrotado e, em grande medida, por conta da falta de respaldo da CGL e do PSI. Ademais, o movimento permaneceu circunscrito classe operária de Turim, que não conseguiu tampouco lançar o necessário laço de aliança com o campesinato. Mais de seis meses do congresso do PSI havia também se passado, ocasião na qual foi proclamado todo o apoio à revolução russa e a intenção de se filiar a Internacional Comunista e, no entanto, segundo Gramsci, esse organismo da classe operária italiana pouco havia feito para que ocorresse a aproximação do poder revolucionário.

Gramsci, que por um momento pareceu desdenhar do partido, agora entende com muita clareza a necessidade do partido como instrumento de coordenação e centralização da ação política revolucionária da classe operária e das massas populares. Compreende que o indispensável partido operário deve se organizar e lutar tendo em vista a substituição do Estado e do poder burguês. Sem um partido desse tipo não poderá subsistir a experiência dos conselhos como fundamento do novo Estado. O PSI havia se transformado em empecilho para o processo revolucionário. De fato,

O partido político da classe operária só se justifica na medida em que, concentrando e coordenando fortemente a ação proletária, contrapõe um poder revolucionário de fato ao poder legal do Estado burguês e limita a liberdade de iniciativa e de manobra deste Estado. (p. 105).

Mas não se pode esquecer que são os conselhos essenciais na gestão da produção e que

O Partido e os sindicatos não devem se pôr como tutores ou como superestruturas já constituídas desta nova instituição, na qual ganha forma constatável o processo histórico da revolução, mas devem se posicionar como agentes conscientes da libertação dos conselhos das amarras que se concentram no Estado burguês, (...). (p. 124).

Partido e sindicato, na Itália, tornaram-se críticos duros e persistentes dos conselhos, tendo exercido um papel bastante diferente daquele que Gramsci deles esperava. Por conta disso, Gramsci voltou a enfatizar o papel e o significado dos conselhos, enquanto que, aos poucos amadurecia a idéia de necessidade de formação de um novo partido operário: o Partido Comunista. A conclusão que afinal havia chegado era de que “esse pobre Partido Socialista, que se proclama líder da classe operária, não é mais do que um estorvo para o avanço do exército proletário”. (p. 156).

Daí que missão imprescindível a ser realizada é a organização de um novo partido operário para que se antecipe à fundação da nova sociedade, “quando a dialética da luta de classes será interiorizada e o homem novo terá que lutar, no interior de sua consciência singular, em cada um de seus atos, contra o “burguês” nele emboscado”. (p. 150). Esse processo indica que

os traços característicos da revolução proletária só podem ser buscados no partido da classe operária, no Partido Comunista, que

existe e se desenvolve na medida em que é a organização disciplinada da vontade de fundar um Estado, da vontade de dar uma organização proletária ao ordenamento das forças físicas existentes e de lançar as bases da liberdade popular. (p. 150).

O que ocorre então é “o paradoxo histórico, de que, na Itália, são as massas que impulsionam e “educam” o Partido da classe operária, em vez de ser a partido que guia e educa as massas”. (p. 155).

Gramsci e a fundação do PCI.

Em 21 de janeiro de 1921, se consumava a cisão do PSI, uma organização que recebera um mandato da classe operária, mas que não conseguiu conduzi-la a uma situação que pelo menos barrasse a ofensiva do capital. Para o congresso socialista daquele começo de década apresentaram-se três correntes principais, elas mesmas pouco homogêneas. A corrente reformista estava acuada e em risco de ser expulsa; a corrente comunista unitária era majoritária e dela dependia o desenlace do congresso; a corrente comunista pura (sic) era bastante significativa, mas dependia dos unitários para avaliar seus passos à frente. No fim das contas tudo deveria ser decidido em função das condições impostas pela Internacional Comunista para a aceitação de partidos membro.

Certo que para a IC o resultado melhor seria a convergência entre os dois grupos denominados como comunistas e a exclusão dos reformistas, pois daí sairia um partido forte e numeroso. Pelo menos era essa a aparência da situação. Aconteceu, contudo, que os “unitários” optaram mais por defender a unidade do partido do que a idéia de um partido comunista. Assim, com a recusa dos unitários a expulsar os reformistas, aos comunistas puros não restou outra decisão que não a fundação do partido comunista com um recorte menor e mais a esquerda do que o desejado pela Internacional Comunista.

O novo partido surgia como iniciativa de cerca de 1/3 dos delegados do congresso do PSI. Mas nascia o PCI também como produto de alguns compromissos essenciais. O grupo amplamente majoritário, liderado por Amadeo Bordiga, que já tinha uma organização nacional, renunciou ao princípio do abstencionismo, enquanto que o pequeno grupo articulado em torno do periódico *L'Ordine Nuovo*, de Turim, comprometeu-se a não insistir na centralidade dos conselhos de fábrica como forma

organizativa da classe. Outro pequeno grupo, de Milão, de origem maximalista, aparecia como outro componente do novo partido operário, tendo cumprido um papel importante de mediação dentro do acordo geral.

Nesse início de vida do PCI a presença de Gramsci foi bastante secundária e, em nome da disciplina partidária, submeteu-se à orientação política da maioria. As diferenças de fundo em relação à concepção predominante no partido só viriam à tona em 1923, quando Gramsci então se encontrava em Moscou, para onde fora enviado para representar os comunistas italianos no IV Congresso da IC (novembro / dezembro de 1922) e depois na Comissão Executiva da IC.

Desde a fundação do PCI, em concomitância com a iminente derrota da revolução socialista internacional, a IC procurava definir uma nova tática de luta que defendesse o movimento operário da ofensiva capitalista e que também contribuísse para o fortalecimento dos comunistas. Essa tática surgiu na Alemanha, teve o seu complemento na Rússia com a chamada NEP - Nova Política Econômica e se completou na Internacional Comunista. A concepção geral era a de unir forças sociais e políticas do movimento operário e de seus aliados numa frente única. As dificuldades e resistências foram enormes em todo lugar e por motivos diversos. Os partidos comunistas haviam, em grande medida, se originado de processos de cisão dentro da socialdemocracia (ou do sindicalismo revolucionário), o que dificultava a eventual aproximação tendo em vista uma frente única de luta. Uma frente sindical era mais plausível uma frente com outros grupos sociais só parecia possível em Países com grande peso do setor agrário.

De fato, o PCI incorporou (não sem restrições) apenas a tática da frente única sindical, porquanto a concepção teórica e política de Bordiga opunha séria discordância com política formulada pela IC, ainda que essa fosse suficientemente vaga para permitir as necessárias adequações nacionais. Bordiga entendia que apenas a classe operária seria capaz de fazer a revolução socialista, mas para tanto seria necessário que fosse uma força social muito significativa ou mesmo majoritária e que fosse educada e organizada no partido.

Sindicato e partido deveriam ser as instituições capazes de disciplinar a classe para a revolução e nesse ponto de vista estaria descartada qualquer idéia de aliança social com outros grupos, tal como os camponeses ou mesmo partidária, com o PSI, por ter esse se integrado ao Estado burguês. Essa concepção se complementava com

determinada teoria de partido revolucionário, a qual indicava ser o partido a organização dotada do conhecimento da ciência/consciência da história e o educador da classe operária tendo em vista que essa viesse a cumprir o seu papel revolucionário determinado.

Para o partido eram importantes quadros qualificados na teoria e na ciência, pouco importando a sua origem social. De algum modo essa era uma leitura forçada da teoria lenineana do partido e do intelectual revolucionário, mormente no elemento mais devedor a Kautsky, relativa à consciência gerada a partir dos intelectuais e levada a classe operária. Assim se explica também a oposição de Bordiga ao movimento dos conselhos de fábrica, visto como espontaneísta e anarco-sindicalista, assim como o princípio abstencionista. A carência de dialética nessa reflexão possibilita indicar Bordiga como inserido em uma particular corrente do cientificismo positivista tão presente no movimento operário socialista italiano. (Del Roio, 2010, p.)

Durante esse período inicial de vida do PCI, Gramsci manteve-se na sombra e fiel à linha partidária em defesa da importância crucial do partido comunista, no combate ao PSI e na pregação da frente única sindical, ou seja, uma frente única operária a ser erigida pelos sindicatos. Decorre então que a crítica estava fortemente voltada contra as direções do sindicato e do partido socialista, em particular, “essa burocracia dirigente subalterna”. (Gramsci, 1973, III, p. 13).

Não era desde agora que Gramsci reconhecia que o sindicato não pode ser agente por si mesmo de superação do capitalismo. Na verdade,

O sindicato, *objetivamente*, nada mais é do que uma sociedade comercial de tipo estritamente capitalista, que busca obter, no interesse do proletário, o maior preço possível para a mercadoria trabalho, bem como estabelecer o monopólio desta mercadoria no campo nacional e internacional. (p. 21).

A crise política era sempre mais grave e a possibilidade de um golpe de Estado era real. Gramsci se perguntava então:

A quem serve o golpe de Estado? Pode servir somente a esses outros, ou seja, aos corruptos, aos prevaricadores, aos poltrões, aos parasitas. Com muita frequência (ou melhor, quase sempre), o golpe de Estado não é mais do que o instrumento da escória estatal para conservar as posições ocupadas e que se tornaram mortífera para a sociedade. Esta gente não tem escrúpulos, pouco se importa com o juramento e a honra, odeia todos os trabalhadores e, mais ainda que os outros, odeia os que trabalham em suas próprias repartições e são a condenação viva da sua desonestidade e do seu parasitismo. (p. 25).

Os escritos de Gramsci então tinham alvos diferentes, mas todos eram expressão da crise do Estado e da dominação feudal burguesa: a burocracia estatal, a magistratura, a burocracia sindical. O risco iminente, na conjuntura, não era ainda o fascismo, mas um governo de coalizão socialistas / populares (católicos), que poderia endereçar-se para alguma variante de “Estado socialdemocrático”, no esforço para a recomposição do Estado italiano e da dominação classista. Daí que, para Gramsci, “A luta contra a socialdemocracia, contra o Partido Socialista traidor, identifica-se com a luta pela libertação do proletariado italiano de qualquer escravidão”. (p. 42).

Ao fim das contas, o fracasso em se estruturar um governo de coalizão com esse conteúdo, muito em razão da falta de orientação estratégica que apontasse para uma democracia rural (o livre comércio, a unificação do mercado interno), abriu de vez o caminho para o fascismo.

Gramsci e a reordenação teórica e estratégica do PCI.

A crítica de Gramsci, porém, não poderia se conformar por muito tempo com a visão de partido e de estratégia revolucionária formulada por Bordiga. A visão crítica em relação ao PSI caminhava em outra direção, exatamente o implícito desprezo pela iniciativa “espontânea” da classe e o desprezo pelo campesinato meridional, mesmo que contasse com grande número de eleitores na zona rural.

A derrota consumada frente ao fascismo enfraqueceu a organização partidária e a sua insistência na manutenção da linha política adotada tendeu também a isolar o PCI mesmo no contexto da IC. Até por conta da instauração do fascismo em outubro de 1922, como corolário da crise política que já se arrastava num crescente desde o fim da guerra, a IC aumentou a pressão para que PCI e PSI se fundissem e excluíssem os reformistas (a mesma posição tomada no congresso de 1921, que cindiu os socialistas).

O período que Gramsci passou na URSS e na Áustria, de outubro de 1922 a abril de 1924, foi de grande importância no desenvolvimento de sua teoria política. Sem falar do passo decisivo de afastamento frente a Croce por conta da posição deste de tolerância diante do fascismo e de radical anti-bolchevismo, mas pelo interesse despertado pela obra de Maquiavel e, muito particularmente, pela teoria e prática dos bolcheviques, Lênin em destaque. Nesse período também Gramsci se preparou para

substituir Bordiga na direção do PCI ao conceber a necessidade de um novo grupo dirigente, com uma nova concepção de partido e com uma nova estratégia revolucionária.

Gramsci conseguiu bloquear a indicação da IC de se processar a fusão com o PSI aceitando apenas o ingresso individual de socialistas no PCI. De resto, a referida proposta de fusão foi rejeitada em ambos os partidos. A ação de Gramsci, que aceitava a orientação política de frente única da IC, mas recusava parcialmente a fusão, superou a posição de Bordiga de recusa de ambas as proposições e também a de Angelo Tasca, de aceitação incondicional da proposta da IC para a Itália.

A III sessão plenária da CEIC – Comissão Executiva da IC (junho de 1923) foi de grande importância para o movimento operário na Itália. Nessa ocasião, por ter sido desarticulada pela polícia a primeira direção do PCI, foi nomeada outra com a presença de Gramsci e Togliatti, um bordiguista e dois da direita fusionista. Gramsci tornava-se assim o principal dirigente do PCI ungido pela IC.

No duro processo de discussão da questão italiana, Gramsci percebe que a disputa com o PSI pela direção da classe operária deveria ser travada em outro patamar, pois agora entende que a força do PSI adquirida em 1919-1920 significou a busca da classe operária por sua unidade, mas a sua desintegração implicava a desintegração da classe operária e a vitória do fascismo. Em termos práticos, o esforço para atrair parte dos socialistas para a política de frente única – o grupo articulado em torno de Serrati – a proposta foi a reorganização do órgão impresso *L'Ordine Nuovo*, precisamente como expressão não só do PCI, mas de todos os antifascistas e anticapitalistas.

No período em que Gramsci passou em Viena a sua preocupação maior foi com a organização do partido, mas com o claro entendimento de que a solução desse problema era político, ou seja, que dependia de uma orientação política muito bem definida e a partir da qual o partido fosse educado e pudesse oferecer um horizonte de ação às massas trabalhadoras na resistência ao fascismo e na luta revolucionária. Para isso Gramsci fez várias propostas de publicações, cobrou com ênfase os companheiros para que contribuíssem com recursos e com textos. Trabalhou sem parar para esclarecer e aglutinar um grupo de companheiros de confiança a fim de definir uma posição capaz de unificar e fortalecer a ação partidária.

Em carta a Leonetti, Gramsci sintetizava o problema da seguinte maneira:

Aparentemente, ao menos hoje, as questões assumem a forma de problemas de organização de partido. Aparentemente, digo, porque de fato o problema é sempre o mesmo: o das relações entre os dirigentes do Partido e a massa dos inscritos, por um lado, e, por outro, entre o Partido e as classes da população trabalhadora. (Gramsci, *Lettere*, 1992, p. 221).

No entendimento de Gramsci essencial seria que o Partido estivesse alinhado com a política geral definida pela Internacional Comunista, sem o que o PCI teria dificuldade em sobreviver. Desse modo, num primeiro instante, era decisivo derrotar a orientação política de Bordiga, que tendia ao confronto com a IC e concebia o partido como um centro dirigente de militantes disciplinados, um partido que se bastava a si mesmo, sem atividades que pudessem colocar em risco um centralismo apenas burocrático, tendo mesmo chegado ao limite de ser contrário à formação de células de fábrica. Em outra carta, a ser difundida entre alguns companheiros do antigo grupo do *L'Ordine Nuovo*, Gramsci insiste que

Não se concebeu o Partido como resultado de um processo dialético no qual convergem o movimento espontâneo das massas revolucionárias e a vontade organizativa e dirigente do centro, mas somente como algo solto no ar, que se desenvolve em si e para si e que as massas atingirão quando a situação for propícia e a crista da onda revolucionária chegar à sua máxima altura, ou quando o centro do Partido considerar que deve iniciar uma ofensiva e descer até a massa para estimulá-la e levá-la até a ação. (p. 231).

Em termos organizativos Gramsci concebia a formação de uma comissão central de controle e, principalmente, de uma comissão de organização e propaganda composta por quadros especializados. O Partido deveria também se organizar por bairros urbanos e distritos rurais, além das fábricas. A questão da educação política dos comunistas era questão essencial para que fosse viável a disputa com o PSI pela direção da classe operária. Era preciso um discurso e um programa de ação bem definido a fim de se ganhar a confiança das massas e atrair a base operária do PSI. Para Gramsci era inútil uma mera contenda ideológica com os socialistas envolvendo apenas as direções partidárias.

No entanto era necessário resolver a questão interna relativa à direção do Partido. Gramsci defendia que o grupo que buscava articular se aliasse à ala direita do Partido porquanto essa era defensora da orientação da IC, da política de frente única e da luta pelo governo operário e camponês. Essa aliança serviria para confrontar a linha política de Bordiga, a qual arriscava levar o Partido a uma

desastrosa ruptura com a IC e ao isolamento diante da classe operária italiana. Em seguida, porém, seria preciso atrair a parte dessa direita, representada por Tasca, para compor na direção partidária e excluir a parte que não se adaptava ao esforço de fortalecimento do PCI. Com um sem número de dificuldades, Gramsci conseguiu alcançar todos esses objetivos, além de atrair o grupo socialista conduzido por Serrati, simpático a IC, até tornar-se então o mais importante e prestigiado dirigente comunista na Itália e talvez, na Europa.

Gramsci na direção do PCI

Com efeito, em 1924 retorna a Itália como dirigente do PCI e deputado eleito, podendo assim se dedicar com denodo à tarefa de educar o Partido. Publicar meios de informação e que estimulassem o debate político, enfatizar a necessidade de se conhecer a realidade nacional em todos os seus aspectos era modo de resgatar o animo da militância e da classe operária tão decaída depois da derrota de 1921-1922. Grande importância teve a iniciativa de Gramsci de fazer uma escola por correspondência, cujos conteúdos seriam assimilados, debatidos e reproduzidos localmente.

Esse trabalho intenso tinha o objetivo de formar um partido ideologicamente definido, com estratégia clara, pequeno por ora, “mas devemos considerar a nossa atual organização, dadas as condições em que vive e se desenvolve, como elemento destinado a lançar as bases de um grande partido de massa”. (Gramsci, 1973, III, p. 74). Todavia é preciso também considerar

que as situações mais favoráveis podem se inverter por causa da debilidade dos quadros do partido revolucionário. As palavras de ordem servem apenas para por em movimento e dar orientação geral às grandes massas; mas tudo estará perdido se o partido responsável não cuidar da organização prática das massas, não criar uma estrutura que as discipline e as torne permanentemente poderosas. (p. 76).

Na mesma noite da posse do novo parlamento, em 11 de junho, ocorreu o assassinato do deputado socialista reformista Giacomo Matteotti, o que gerou intensa mobilização operária e popular contra o fascismo e uma crise política de grande dimensão. Os partidos de oposição se retiraram do parlamento, em sua maioria esperando que o Rei demitisse Mussolini. Gramsci propôs a idéia de um

antiparlamento, ou seja, que se gestasse uma dualidade de poderes, mas como essa perspectiva não foi aceita, a oposição antifascista tendeu a se esvaziar e os comunistas retornaram ao parlamento de ampla maioria fascista para dali denunciar o fascismo e o capitalismo.

Em setembro, Gramsci fez um balanço bastante positivo da Conferência nacional do PCI, realizada na cidade de Como em maio de 1924 e da ação política do partido nos meses decorridos. O grupo que se agregara em torno dele foi capaz de se fazer maioria no Comitê Central, ainda que ainda não tivesse convencido plenamente os dirigentes intermediários. No entanto, o problema da construção de um partido de massas em luta pela hegemonia do proletariado já está posto.

Devemos nos tornar um grande partido, devemos tentar atrair para nossa organização o maior número possível de operários e camponeses revolucionários, a fim de educá-los para a luta, para formar organizadores e dirigentes de massa, de elevá-los politicamente. (p. 105).

O resgate de um sindicalismo de luta e de massa era muito importante para que houvesse uma saída revolucionária do fascismo, mas para isso a organização comunista na fábrica era essencial, assim como a criação de células comunistas na cidade e no campo, tudo isso para que se formasse os comitês operários e camponeses, o embrião de uma real dualidade de poderes. Mas muito esclarecedor nesse documento é a passagem na qual Gramsci critica a noção de “conquista do Estado”, que na ocasião era utilizada pelo fascismo. Gramsci esclarece que

Na Itália, como em todos os países capitalistas, conquistar o Estado significa antes de tudo conquistar a fábrica, significa ter a capacidade de superar os capitalistas no governo das forças produtivas do país. Isso pode ser feito pela classe operária (...). (p.101).

Essa passagem é ainda atual? Parece que sim, mesmo que a fábrica de hoje seja estendida e a classe operária também tenha perfil bastante diferente e mais diversificado. De todo modo, o fundamento último da análise é a classe e como ela se faz partido como artífice de uma nova hegemonia fundada no trabalho.

Em maio de 1925, Gramsci volta à carga sobre o problema da educação da vanguarda revolucionária ao comentar sobre a tarefa formativa do partido em época de reação e repressão aberta. Diz Gramsci então que, a fim de minorar o risco de erros políticos

É dever do Partido se preocupar e desenvolver determinada atividade que especialmente tenda a melhorar a sua organização, a elevar o nível intelectual dos membros que se encontram nas suas fileiras no período de terror branco, os quais estão destinados a se tornar o núcleo central e mais resistente a qualquer prova e a qualquer sacrifício do Partido que guiará a revolução e administrará o Estado proletário. (p. 118).

Note-se então como organizar e educar, educar e organizar, são palavras chave na reflexão de Gramsci sobre o partido revolucionário necessário naquela fase histórica de derrota frente ao fascismo e recuo diante da ofensiva do capital. O partido deve incorporar os melhores elementos da classe formados de maneira mais ou menos espontânea e educá-lo para organizar e educar novos elementos da classe, até que o Partido crie uma identidade com a classe, que a classe se faça partido, classe organizada e culta. Nesse processo dialético é que a classe cria os seus próprios intelectuais e o partido se torna um intelectual coletivo.

Em janeiro de 1926, quando o PCI completava cinco anos de vida, no III congresso nacional, Gramsci conseguiu configurar um efetivo grupo dirigente, uma interpretação da realidade italiana e a necessária homogeneidade ideológica de onde foi possível uma clara definição tática e estratégica. Apenas Bordiga e um grupo agora minoritário continuaram se opondo.

A questão mais importante posta ao Partido naquele momento era a tarefa de adequar a organização ao formato indicado pela IC no V congresso mundial realizado em 1924. Essa ação ficou conhecida como bolchevização e significou ao fim das contas que os partidos comunistas deveriam se organizar prioritariamente a partir de locais de trabalho e se estruturar na base de um centralismo democrático no qual não seriam admitidas frações. Diz o documento escrito por Gramsci (com contribuição de Togliatti) sobre o problema político da organização: “A organização do Partido deve ter como base a produção e, portanto, o lugar de trabalho. Esse princípio é essencial para a criação de um partido “bolchevique””. (Gramsci, CPC, 1978, p. 504)

O partido -- definido como partido da classe operária -- deveria ter uma orientação teórica e ideológica fundamentalmente inspirada na obra e na ação de Marx e de Lênin, cujo estudo seria obrigatório para todo militante e difundida pela escola do Partido. A rigor, o que se assimilava era a ideologia configurada na IC, mas, ao mesmo tempo se reafirmava que

A prática do movimento de fábrica (1919-20) demonstrou que só uma organização aderente ao lugar e ao sistema de produção permite

estabelecer um contato entre as camadas superiores e as camadas inferiores da massa trabalhadora (qualificados, não qualificados e manuais) é de criar vínculos de solidariedade que retirem as bases de qualquer fenômeno de “aristocracia operária”. (p. 505).

Na fábrica, no sindicato, onde houvesse organização operária, uma fração comunista deveria se fazer presente, sempre com o objetivo de dirigir o movimento de luta e de unificar as forças dos trabalhadores ao mesmo tempo em que buscava atrair novos quadros com a crítica teórica e prática de outras organizações proletárias. Assim se desenrolava a tática da frente única no cotidiano. De fato,

A “frente única” de luta antifascista e anticapitalista, que os comunistas se empenham por criar, deve ser uma frente única organizada, ou seja, ter como base organismos em torno dos quais toda a massa encontre uma forma e se agrupe. (p. 511).

Desde a base social, no cotidiano da luta, a frente única era forjada com o superior objetivo de formar comitês operários e camponeses, “... fórmula que sintetiza toda a ação do Partido, na medida em que se propõe criar uma frente única organizada da classe trabalhadora”. A palavra de ordem de um “governo operário camponês” deveria ser compreendida como uma fórmula de agitação política, mas não como uma fase real do desenvolvimento histórico. Na verdade era uma forma de se referir à ditadura proletária. O tal “governo operário e camponês” deveria emergir de uma “Assembléia Republicana de conselhos operários e camponeses”. (p. 511-513).

Como conclusão pode-se afirmar que Gramsci tinha em mente um partido centralizado, formado pelos melhores elementos emersos da classe operária, qualificados na teoria e na prática, capaz de educar e ser educado pela própria classe, com a qual deveria manter o contato mais íntimo, mesmo em situação de adversidade extrema. Esse partido teria que ser capaz de se fazer um partido de massas, que englobasse uma parte cada vez maior da classe até que, em tendência, viesse a se confundir com ela. O partido político revolucionário é então de modo intrínseco uma organização de cultura, que prepara uma nova classe dirigente de um novo Estado.

Gramsci e o príncipe moderno

Gramsci caiu prisioneiro do regime fascista em novembro de 1926. Depois de diversas peripécias que envolveram o processo judicial do Tribunal de exceção, condenado, Gramsci foi enviado à prisão de Turi, na região da Puglia. Conseguiu

autorização para escrever e para receber livros, ainda que sempre controlados pela censura carcerária. Entre 1929 e 1935, Gramsci deu andamento à ampla pesquisa teórica, que ficou limitada por conta das circunstâncias do cárcere e de sua precária condição de saúde. Esse trabalho se apresentou em 33 cadernos de formato escolar, que foram publicados pela primeira vez mais de dez anos após a morte do autor.

Nessa obra carcerária, que nunca pode ser levada a cabo, Gramsci ampliou e aprofundou muito a sua concepção de partido político da classe operária. Ainda que essa reflexão perpassasse de um ou outro modo o conjunto dos escritos prisionais, é no caderno 13 onde Gramsci sugere a compreensão ampliada da noção de partido revolucionário. Certo debate encontrado na bibliografia, se Gramsci se referia ao partido político moderno, em geral ou ao partido revolucionário em senso estrito é muita limitada e limitativa. (D'Orsi, 2017, p. 336).

De fato, a reflexão de Gramsci parte da idéia de que a proposição de Maquiavel da necessidade de um Príncipe que conduzisse a vontade coletiva voltada para a disposição de unificar o povo italiano poderia ser lida ao modo de um mito capaz de condensar, educar e mobilizar as massas populares, assim como Sorel havia proposto que fosse a greve geral.

Assim, no século XX ainda estariam vigentes as demandas postas por Maquiavel para a conformação de um Estado italiano que fosse expressão de uma vontade coletiva nacional popular. Os óbices continuavam a ser o poder clerical e a divisão regional do País, que se apresentava como questão meridional. Entretanto, nas condições históricas do século XX, da época burguesa a necessidade clamava por um Príncipe Moderno. A elaboração de Gramsci procura dar conta do problema arrolado para a Itália, sem dúvida, mas num grau de abstração e sofisticação tamanha que abraça todo um tempo histórico de como se encaminhar a superação da época burguesa.

A questão é aquela de como organizar uma vontade coletiva de superação e de construção de uma sociedade alternativa, fundada no trabalho e na sua liberdade. A vontade coletiva que se organiza e se projeta no Príncipe Moderno, que é a metáfora do partido da classe operária. Em passagem decisiva, Gramsci afirma:

O moderno príncipe, o mito-príncipe não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto, só pode ser um organismo; um elemento complexo da sociedade no qual já tenha tido início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação. Esse organismo já está dado pelo desenvolvimento histórico e é o

partido político, a primeira célula na qual se sintetizam germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais. (Gramsci, 1975, III, p. 1558).

Pode-se muito bem supor que Gramsci siga aqui indicações deixadas por Marx e Rosa Luxemburg. No desenvolvimento histórico do capitalismo, na sua contradição em processo, o proletariado se faz classe e se faz partido. Assim é que na luta de classes se desenvolve uma vontade coletiva que vem a se expressar no partido. O partido é precisamente a célula original que sintetiza uma vontade coletiva que tende a se expandir, a crescer até que, em perspectiva venha a compor uma nova universalidade e totalidade social, uma nova hegemonia.

O “mito príncipe” é necessário enquanto a vontade coletiva encontra-se em processo de construção, pois o príncipe / partido político sinaliza a hegemonia que se eleva. Entenda-se que o mito é indispensável na medida em que a classe operária se educa, se organiza, se mobiliza na luta contra o capital e o Estado. A nova hegemonia é uma construção do príncipe moderno na medida em que promove uma reforma moral e intelectual, que implica uma nova visão de mundo cuja base é a filosofia da práxis. Isso significa que as concepções religiosas e as filosofias idealistas não terão mais lugar, já que a práxis, a relação do homem, como ser histórico social que é, estabelecerá uma relação de sociabilidade e uma relação com a natureza por meio da apreensão científica e de uma organização da produção que empreenda a liberdade do trabalho humano.

O entendimento dessa previsão / programa histórico exige ainda mais uma explicação. Gramsci constata que a hegemonia burguesa só se consolida efetivamente na seqüência da derrota da Comuna de Paris. Ainda que o caso concreto tratado seja a França, essa observação vale pra o conjunto dos Estados de capitalismo mais avançado e que se preparavam para ingressar na fase do imperialismo. A hegemonia burguesa se configurava com o controle e organização do processo produtivo do capital, mas a organização da classe dominante se expressava em organismos privados de diversa ordem – econômicos, políticos, culturais – e contava com intelectuais orgânicos que defendiam e reproduziam a hegemonia na sociedade civil e no Estado. Gramsci afirmava então que “a guerra de movimento torna-se cada vez mais guerra de posição” (p. 1566).

Que significa essa afirmação? Há diferentes interpretações, mas é muito plausível que Gramsci notasse a virtual impossibilidade de um levante dos

trabalhadores contra essa ordem social assim configurada. Seria antes necessária a construção de outra sociedade civil, antagônica àquela da burguesia, que alimentasse um “espírito de cisão”, uma vontade coletiva e que criasse institutos sociais próprios, como círculo de assistência mútua, círculos culturais, cooperativas, sindicatos, partido político e conselhos de fábrica. Enfim, que a “dualidade de poderes” fosse uma criação e uma situação de longa duração e não um movimento de criação e resolução quase que fulminante como ocorrera na Rússia de 1917.

A força da hegemonia burguesa chegou a incorporar algumas dessas instituições ao seu Estado na forma das ideologias sindicalistas e reformistas, o que significa ação vitoriosa na guerra de posição da parte da burguesia e a preservação da situação subalterna dos trabalhadores. No limite, a revolução passiva seria também uma forma de recomposição da hegemonia burguesa dentro de uma guerra de posição.

A sociedade civil do trabalho é, também no limite, o partido político que compõe o príncipe moderno e a nova hegemonia. O mito-príncipe se dissolve na medida em que o partido político se identifica com a totalidade da classe, na medida em que a classe e a nova sociedade civil que criou se universaliza. Esse escopo pressupõe que o príncipe moderno assuma o poder do Estado a fim de que possa subsumi-lo à sociedade civil do trabalho. Essa é a imagem que Gramsci oferece para o embate que envolve o bloco histórico do seu tempo, mas que é ainda do nosso tempo. Uma imagem que tem forma de fantasia e de arte, tal com percebera já no texto de Maquiavel.

Gramsci se dera conta de que a classe operária que havia tentado a revolução socialista entre 1917 e 1921, no Oriente russo e na Europa, havia sido derrotada, o que incluiu o proletariado italiano e a experiência dos conselhos de fábrica. Uma nova trajetória de luta se abria em 1921 e o novo sujeito a se fazer classe e partido seria o trabalhador da fábrica fordista. Não havia ilusão de que uma nova sociedade civil do trabalho se elevasse ao nível da hegemonia em curto prazo de tempo. Uma longa guerra de posição começava e de um ponto de partida bastante desfavorável. As novas formas de organização do trabalho induzidas pelo capital como o taylorismo fordismo tinham uma fase de ascensão pela frente e acompanhadas por uma floração cultural que pode ser considerada notável dentro da liberdade liberal.

O americanismo fordismo tinha enorme força hegemônica e capacidade de difusão também. Essa previsão de Gramsci se mostrou certa, mas a expectativa de que essa nova classe operária viesse a forjar uma nova sociedade civil com capacidade para superar a ordem burguesa não se mostrou factível. A classe operária fordista não conseguiu gerar uma nova hegemonia e mesmo no momento em que passou a condicionar a produção capitalista, por conta da força relativa de seu sindicato e partido, a ofensiva do capital contra os trabalhadores se desencadeou em grande proporção desde fins dos anos 70 do século XX.

Qual mito para uma nova vontade coletiva?

Gramsci testemunhou a derrota da classe operária que empreendeu a revolução socialista internacional de 1917-1921, mas a classe operária de perfil fordista, cujo apogeu ocorreu nos anos 60-70 do século XX, foi derrotada também sem ao menos se aproximar de uma posição revolucionária. A longa guerra de posição acabou em derrota cabal nos anos 80. Os “mitos” mobilizadores dessa época deixaram de existir. (Del Roio, 1998, cap. 5).

O capital desorganizou a classe operária e seus institutos sociais e mais uma vez induziu um novo formato às classes subalternas, de modo que hoje é difícil dizer o quanto a massa trabalhadora é “classe que se faz partido”. Isso quer então dizer que Gramsci seja um autor que não tenha mais qualquer atualidade do ponto de vista da política revolucionária? Que seja um autor a ser estudado, sem dúvida, mas apenas do ponto de vista de um passado que o tempo superou irremediavelmente ou então do ponto de vista de alguém que pode ser tão somente de grande auxílio nos estudos culturais, por ex.?

O simples fato de constatarmos o eclipse ou ocultamento da trajetória de Gramsci como revolucionário comunista que foi, é o sinal de que se vive uma fase histórica de derrota catastrófica das forças do trabalho. A crise orgânica do capital, a qual se manifesta desde fins dos anos 70, assume características bem marcantes: revolução técnica e científica de grandes proporções (informatização, novos processos de organização e gerenciamento do trabalho), retirada dos direitos do trabalho, predomínio ideológico do neoliberalismo e do pós-modernismo, aumento da

violência estatal contra as classes subalternas, restrição dos espaços democráticos, entre outras.

As tecnologias de informação e comunicação cumprem um papel decisivo no controle do conhecimento, no controle da oposição política e na manipulação das opiniões. O esvaziamento da chamada democracia liberal burguesa e a regressão cultural é uma marca do nosso tempo e a implicação mais óbvia dessa situação é a crise e desmantelamento da sociedade civil do trabalho gerada no século decorrido entre 1880 e 1980, observável em particular no enfraquecimento do sindicato e do partido operário. A crise ideológica que perpassou essa sociedade civil do trabalho possibilitou a quase extirpação do chamado marxismo de institutos culturais da sociedade civil burguesa, como a escola e a Universidade.

A resistência contra a exploração ocorre hoje ao modo de “movimentos sociais”, que valorizam a questão da identidade. Problemas importantes, sem dúvida, como a crise ambiental, o sexismo, o racismo ganham força nas lutas emancipatórias, mas esses movimentos encontram-se no domínio ideológico da burguesia, exatamente pelo fato de valorizarem a singularidade. Mesmo movimentos que tem redundado em partidos, em particular na experiência europeia, estão longe de uma formulação teórica que aponte para a superação da ordem social existente e assim, não podem ultrapassar a situação subalterna e a intenção se apenas modernizar a socialdemocracia, como são os casos do Podemos na Espanha ou do Syriza na Grécia. O “mito” da Europa (do capital), o “mito” da globalização estão em frangalhos e avançam os particularismos.

A fragmentação do mundo do trabalho induzida pelo capital em crise é de tal dimensão que a formação de uma vontade coletiva, a formação de um novo proletariado consciente de si e que se quer classe e partido parece ser uma ilusão de um tempo que passou. No entanto continua a ser uma necessidade histórica para que não ocorra a generalização da barbárie tecnológica. Mitos negativos devem ser abatidos como os do “progresso”, mais antigo, e o recente da “inovação tecnológica”. Esses mitos (ideologias burguesas, na verdade) conduzem a produção do conhecimento para interesses específicos de classe, interesses que visam o resgate da acumulação do capital, mesmo a custo de colocar em risco a própria sobrevivência da espécie humana.

A escola, a Universidade, os Centros de pesquisa são assim direcionados para formar uma elite de pesquisadores e uma massa capaz de consumir mercadorias tecnológicas de massa. Isso quando a necessidade é a de criar e difundir uma cultura humanística universal e que a produção do conhecimento científico passe às mãos dos trabalhadores, os verdadeiros produtores da riqueza social. São necessárias novas formas de luta aderentes ao processo produtivo, novas formas de luta que unifiquem o novo proletariado gerado pelo capital em crise, que unifiquem o “general intellect”, que o automatismo possibilita.

Faz falta ainda o “mito” que alimente a vontade coletiva que se faça partido, sociedade civil alternativa, que se faça hegemonia dirigida à construção de uma comunidade humana, tal qual era a previsão / programa de Antonio Gramsci. Um mito que faça óbvio o que está oculto, que retire Gramsci das sombras e o coloque novamente como indispensável arquiteto da ordem de homens e mulheres igualmente livres.

Referências

D'ORSI, Angelo. (2017). **Gramsci: una nuova biografia**. Milano, Feltrinelli editore

DEL ROIO, Marcos. (1998). **O império universal e seus antípodas: a ocidentalização do mundo**. São Paulo, Ícone editora.

_____. (2010). **I prismi di Gramsci: la formula política del fronte único (1919-1926)**. Napoli, La città del sole.

GRAMSCI, Antonio. (1975). **Quaderni del cárcere**. Torino, Einaudi editore, 4 tomi.

_____. (1978). **La costruzione del Partito Comunista (1923-1926)** (a cura di Elsa Fubini), Torino, Einaudi editore

_____. (1993). **Lettere (1908-1926)** (a cura di Antonio Santucci). Torino, Einaudi editore.

_____. (1973). **Scritti politici** (a cura di Paolo Spriano), Roma, Editori Riuniti, 3 tomi.

LUXEMBURG, Rosa. (1976). **Scritti politici** (a cura di Lelio Basso). Roma, Editori Riuniti.

PAGGI, Leonardo. (1970). **Antonio Gramsci e Il príncipe moderno**. Roma, Editori Riuniti.

RAPONE, Leonardo. (2011). **Cinque anni che paiono secoli: Antonio Gramsci dal socialismo al comunismo (1914-1919)**. Roma, Carocci editore